

Doze presos federais são transferidos à cadeia pública

Medida busca esvaziar a carceragem da Polícia Federal, que está superlotada;

estão previstas novas remoções

Gilberto Vidal Roger Meireles e Kiko Sierich Fotografias

o menos 12 presos deixaram ontem a custódia da Polícia Federal (PF) com destino a Cadeia Pública Laudemir Neves. A transferência dos detentos foi autorizada pela Vara de Execuções Penais (VEP) para desafogar a carceragem federal, que abriga atualmente cinco vezes mais do que a capacidade projetada para unidade.

Naquele dia, 84 detentos ocupavam a carceragem provisória da PF. Agentes escoltaram a primeira dúzia de presos na região do Polo Centro até o cadeião de Três Lagoas. Detentos federais deverão ficar em parte das celas anteriormente ocupadas



A transferência de presos tem sido uma alternativa encontrada para evitar a interdição judicial da custódia da PF

por mulheres, que agora contam com um pavilhão exclusivo.

A remoção de presos é rotina na delegacia da PF, mas, devido à superlotação, a VEP autorizou levar 24 detentos à cadeia. Metade foi na sexta e o restante será transferido

na próxima semana.

Maioria brasileira

Segundo a assessoria da Polícia Federal, 60% da atual população carcerária é brasileira, 30% paraguaia e 10% de outras nacionalidades, como argentina e espanhola. Boa parte dos internos responde por trá

internos responde por tráfico de drogas.

Apesar do processo de esvaziamento da custódia federal ter iniciado, a ocupação ainda é preocupante. Este ano, o local chegou a abrigar 100 detentos.

Uma parceria entre as

justiças Estadual e Federal tem possibilitado a abertura de seguidas vasas para os presos federais. O esforço conjunto é uma tentativa de evitar novas interdições do local.

Em 2010 e 2011, a carceragem foi interditada por causa da superlotação. Autoridades judiciais e sanitárias consideraram o espaço insalubre para os internos. O número excessivo de presos em celas pequenas representa um risco à integridade física e à saúde deles.



Presos deixaram a Polícia Federal no final da manhã sob autorização da Justiça